



LEI Nº 510/ 2021

Ipu/CE, 01 de dezembro de 2021

DISPOE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IPU, PARA O QUADRIÊNIO 2022 – 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL de Ipu, no Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei institui Plano Plurianual do Município de Ipu, para o quadriênio 2022 -2025, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, na forma dos anexos desta Lei.

Art.2º - O Plano Plurianual 2022 – 2025 organiza a atuação governamental em orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do plano.

Art.3º - Os programas e ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 4º - Os recursos financeiros contidos nos anexos desta Lei serão ajustados anualmente, por ocasião da revisão do Plano Plurianual (PPA), considerando dentre outras variáveis, o crescimento econômico, a taxa de inflação, o comportamento dos contribuintes, o crescimento populacional e outros fatores internos e externos que provoquem aumento ou decréscimo da receita prevista.

Art. 5º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§1º.- Os projetos de lei que modifiquem o Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

- Inclusão de programa:

a) Diagnostico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II – Alteração ou exclusão de programa;

a) Exposição das razões que motivam a proposta.

§ 2º. – Considera-se alteração de programa:

I – Modificação da denominação, do objeto ou do público-alvo do programa;

II -Inclusão ou exclusão de ações orçamentarias;

III – Alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentarias.

§ 3º. – As alterações previstas nos incisos **II e III do § 2º** poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentaria ou de seus créditos adicionais, desde que não modifiquem o objeto do programa.

§ 4º. – A inclusão de ações orçamentarias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais.

Art. 6º. – O Poder Executivo fica autorizado a:

I – Alterar o órgão responsável por programas e ações;

II – Alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices;

III – Adequar a meta física de ação orçamentaria para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentarias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual.

Art. 7º. – O Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2022-2025, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, competindo-lhe definir diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.

Art.8º. – Os Órgãos do Poder Executivo, responsáveis por programas deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na



forma estabelecida pela Secretaria de Administração e Finanças, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias constantes dos programas sob suas responsabilidades.

Art. 9º. – O Poder executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 30 de abril de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual.

Parágrafo Único – O relatório conterá, no mínimo:

I – Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicando, se for o caso, as razões das diferenças verificadas entre os valores previstos e observados;

II – Demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada;

III - Demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior, comparado com o índice final previsto;

IV – Avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas de cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

Art. 10º. – O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e a avaliação do Plano de que trata esta Lei.

Art. 11º. – O Poder Executivo garantirá o acesso, pela Internet, às informações constantes do sistema de planejamento para fins de consulta pela sociedade.

Art. 12º. – O Poder Executivo divulgará, pela internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subsequentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas:

I – Texto atualizado da Lei do Plano Plurianual;

II – Anexos atualizados dos Programas e respectivas ações.



Art. 13º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ipu (CE), aos 01 de dezembro de 2021.

Robério Wagner Martins Moreira
ROBÉRIO WAGNER MARTINS MOREIRA
Prefeito Municipal